

USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JAURU-MATO GROSSO.

Paulo Carlino, P. (UNEMAT) ; da Silva Vieira, E. (UNEMAT) ; Roberto dos Santos Leandro, G. (UNEMAT) ; Nalis Paiva da Silva Andrade, L. (UNEMAT) ; Ferreira Santana, M. (UNEMAT) ; Junior do Espirito Santo Andrade, F. (UNEMAT)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo identificar os tipos de ocupação e uso da terra no município de Jauru, Mato Grosso. Para o desenvolvimento foi utilizado referencial teórico em livros, artigos e outras fontes documentais. Foi levantado as atividades econômicas nos sites do IBGE, Seplan e portal da prefeitura entre 1985 e 2020. Pode-se verificar que com a colonização houve o desmatamento das florestas para atividades econômicas como agricultura e pecuária, com destaque para criação de bovino. Assim, o município passou por mudanças significativas na paisagem, contribuindo com alterações no ecossistema local. Destacando-se, por exemplo, a degradação do solo e, o processo de assoreamento de canais fluviais associado ao aporte de sedimentos. Do ponto de vista da conectividade, considera-se que tais impactos comprometem a qualidade ambiental e os recursos hídricos da região.

PALAVRAS CHAVES

Cobertura Vegetal; Desmatamento; Agricultura; Pecuária; Impactos Ambientais

ABSTRACT

The research aimed to identify the types of occupation and land use in the municipality of Jauru, Mato Grosso. For the development, theoretical references and books, articles and other documentary sources were used. Economic activities were surveyed on the websites of IBGE, Seplan and the City Hall portal between 1985 and 2020. It can be seen that with colonization of forests for economic activities such as agriculture and livestock, with emphasis on cattle raising. Thus, the municipality underwent significant changes in the local ecosystem. Standing out, for example, soil degradation and the process of silting up of river channels associated with the input of view of connectivity, it is considered that such impacts compromised the environmental quality and water resources in the region.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização no Brasil foi marcado por diversas movimentações tanto do governo federal como das iniciativas privadas. Nesse contexto, Bonfim (2009) ressalta que: No Brasil, a partir da primeira metade do século XX, notou-se uma intensificação do processo de ocupação de espaços, naquele momento entendidos pelos governos e empresas colonizadoras como espaços vazios ou, até mesmo, como sertões bravios. Processo aquele caracterizado pelas frentes pioneiras e acentuado sobretudo a partir da era Vargas, no decorrer das décadas de 1940 e 1950 (BONFIM, 2009, p. 42). De acordo com Mota (1995), as atividades humanas têm exercido cada vez mais pressão sobre os recursos naturais, especialmente no que diz respeito aos recursos hídricos. Souza (2009) explica que o homem, durante sua evolução, passou a fomentar uma noção em que ele mesmo se distancia e se distingue do meio ambiente, como se não fizesse parte dele. Diante dessas reflexões, percebe-se que a apropriação dos elementos naturais pelo homem ocorrem de forma predatória, indiscriminada e imediatista, conforme as exigências da atual sociedade capitalista que propõem a utilização irracional desses elementos, sem uma reflexão profunda para as consequências que esses fatos irão ocasionar, haja vista que todos os elementos naturais, em que o homem também se insere, estabelecem uma conectividade e uma interdependência. Qualquer agressão a um desses elementos, implica em um movimento em cadeia, que trará consequências para todos os demais. O uso desenfreado do solo e dos recursos naturais resultam em respostas desastrosas que irão pressionar o meio natural, trazendo consequências ou prejuízos decorrentes

dessas ações (CARVALHO et al., 2010). A sociedade atual é dinâmica que muda a paisagem ao longo do tempo conforme as atividades desenvolvidas, agricultura, pecuária, urbanização, mineração, navegação e outros. Essas ações antropogênicas produzem efeitos nocivos ao ecossistema do local-global (ORTEGA e CARVALHO, 2013). Considerando os estudos voltados ao ambiente e a importância da ciência geográfica, pode-se conceituar que a análise da paisagem e suas particularidades visa entender “as relações entre a natureza e a sociedade no decorrer do tempo”. Assim, “a investigação é fundamental para a efetivação dos estudos geográficos ao passo que fornece as informações necessárias para tomada de decisões” (SILVA e ANDRADE, 2019, p. 33). Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo identificar os tipos de ocupação e uso da terra no município de Jauru, Mato Grosso.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo corresponde o município de Jauru localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso (Figura 1). Foi realizado o levantamento teórico em livros, artigos, teses, dissertações e outras fontes que contemplam a temática (LAKATOS; MARCONI, 2007). O período histórico temporal compreendido entre 1985 e 2020 foi selecionado por apresentarem momentos históricos importantes para a cidade. O período inicial é marcado pela disputa por posse de terras e execução de projeto de reforma agrária, fato que promoveu o aumento populacional e a ocupação de novas áreas. O período final trata-se do momento presente, onde as transformações puderam ser verificadas in locus. Foram levantados dados referentes à densidade demográfica e às atividades econômicas, nos sites do IBGE, Seplan e portal da prefeitura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação do estado de Mato Grosso foi fortemente incentivada pelo governo federal e estadual na década 50. Várias pessoas vieram do estado de São Paulo a procura de variedade de madeiras de lei que serviam para o extrativismo como fonte de renda (AVELINO, 1999; ANDRADE et al., 2012). Os incentivos para a colonização do Centro Oeste contribuíram com a ocupação imediatista, pois várias áreas foram desmatadas para estabelecer as áreas urbanas e as atividades econômicas (CARLINO, 2023). Nesse contexto, a colonização do município de Jauru teve início em 1953 e contou com pessoas vindas dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em 20 de dezembro de 1979, foi criado o município. O nome da localidade faz referência ao rio Jauru que perpassa o território da cidade. No ano de 2010, sua população era de 10.461 habitantes. (MENDES, 2015). Segundo o IBGE, para o ano de 2020, a população estimada do município de Jauru era de 8.582 habitantes. E a sua base econômica encontra-se voltada para a agropecuária (IBGE, 2020). No passado, o município serviu de limite entre os reinos de Portugal e Espanha, assim definido pelo Tratado de Madrid em 1750. Na década de 1950, a colonização do território que abriga o município de Jauru teve início com a aquisição de uma área de 250 mil hectares, no município de Cáceres, entre os rios Guaporé e Jauru, pela Companhia de Terras Sul Brasil (JAURU, 2013). Em 1953, Francisco Ângelo Montalar e outros membros da família adquiriram terras e instalaram-se na região. Estas terras foram divididas e numeradas em quatro glebas de 1 a 4. Uma das partes formou a área urbana de Jauru, que primeiro foi nomeada de Gleba Paulista, posteriormente alterada para Cidade de Deus. Por fim, lhe deram a denominação de Jauru. A cidade possui, também, várias usinas hidrelétricas localizadas no seu rio principal, o rio Jauru; o município foi criado no dia 20 de setembro de 1979, pela Lei nº 4.164 (JAURU, 2013; 2019). Jauru é considerado um centro local de baixa influência em relação aos municípios vizinhos. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes para logística de transportes. Jauru é o 5º município mais populoso da pequena região de Mirassol D'oeste, com 8,6 mil habitantes (CUSTODIO et al., 2022). O processo de colonização impulsionou diversas alterações nos elementos naturais da área estudada. De acordo com dados disponibilizados na tabela 1, foi possível notar que no período compreendido entre os anos 1985 e 2015 houve uma redução das áreas florestais em 32,56%. Em 1985, a área coberta por florestas correspondia a 45,49% da área total do município, diminuindo drasticamente para 12,92% em 2015. A análise da tabela nos permite constatar que, concomitante a esse processo, houve a expansão das áreas utilizadas pela pecuária, que em 1985 era de 53,74% da área do município, elevando-se para 86,15% no ano de 2015. Nesse sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento da agropecuária foi responsável pelo desmatamento elevado no município (Tabela 1). Tabela 1: Tipos de usos da terra no município de Jauru nos anos

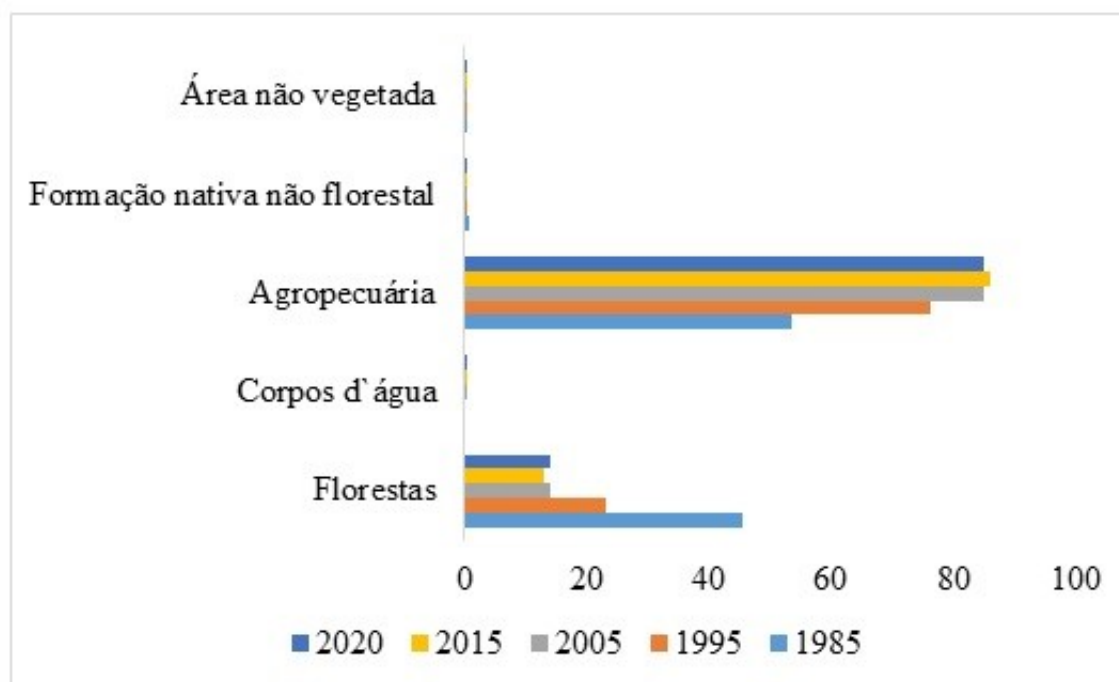
1985, 1995, 2005, 2015 e 2020. Conforme mostra a tabela 1, o ano de 1985 registrou que, em Jauru, 53,74% de seu território era destinado à produção agropecuária. Nesse período, de acordo com o IBGE (2020), a produção agropecuária do município era composta por lavouras temporárias, permanentes e pecuária bovina. Os principais produtos temporários cultivados eram mandioca, milho e feijão, dentre os permanentes, havia plantações de laranja, café e algodão. As lavouras temporárias consistem em plantio provisório que dura basicamente em períodos curtos e tempo apropriado para a colheita mais rápida. É possível notar também que entre 2015 e 2020 ocorreu um pequeno acréscimo nas áreas florestais do município que aumentaram de 12,92% no ano de 2015 para 13,49% em 2020. Esse acréscimo é atribuído a alguns produtores que deixaram formar novamente algumas pequenas reservas em suas terras como apontam a figura 2. Figura 2: Tipos de uso da terra no município de Jauru nos anos de 2020, 2015, 1995 e 1985. A região do município que abriga a maior quantidade de florestas localiza-se ao Norte, onde, de acordo com Andrade et al. (2012), é a região compreendida pelo Planalto dos Parecis, cuja geomorfologia é composta por encostas, afloramentos rochosos e acentuada declividade, que dificulta o processo agropecuário. Segundo o projeto Radambrasil (1982), a vegetação predominante dessa região é a Formação Secundária, remanescente de formações naturais que foram modificadas com a retirada de madeira, com isso, ocorreu a abertura de clareiras com efeito de bordas. A vegetação não apresenta mais as características florísticas estruturais e dinâmicas originais, atualmente, há o predomínio de espécies secundárias e de baixo valor econômico. A redução das áreas de florestas se explica pelo crescente aumento das áreas destinadas à agropecuária. Atualmente, a base econômica do município é a pecuária bovina. Domingues e Bermann (2012) atribuem a abertura de novas áreas para o desenvolvimento da atividade agropecuária como sendo uma das principais causas da redução da vegetação natural, ao substituírem florestas por pastagens. Em relação às áreas destinadas à agropecuária, nota-se na figura 2 que no ano de 1985 ela correspondia a 53,74% da área. Seu período de maior expansão ocorreu na década que se estende de 1985 a 1995. Nesse período, a área ocupada pela agropecuária passou de 53,74% para 76,40%, tendo um aumento de 22,66%. Convém lembrar que esse aumento foi atingido com o desmatamento das áreas florestais já citado. Atualmente, o espaço ocupado pela agropecuária é de 84,98% do município. Nessa área há o predomínio de pequenas e médias propriedades, ocupadas pela pecuária bovina. O rebanho efetivo no município é de 223.346 cabeças, predominando a pecuária de corte. A agricultura é incipiente, uma vez que são cultivados apenas alguns produtos como mandioca, milho e feijão, voltados para suprir as necessidades familiares de alguns moradores. Segundo dados do site da Prefeitura Municipal de Jauru, a base econômica do município é a pecuária, com sistema de cria, recria, corte e leiteira. Uma indústria de laticínios absorve grande parte do leite produzido na cidade. A agricultura está representada por pequenas propriedades rurais, destacando-se as culturas de arroz, milho, banana e outros produtos ligados à lavoura de subsistência (JAURU, 2019). O PIB da cidade é de cerca de R\$ 292,5 milhões, sendo que 52,8% do valor adicionado advém da indústria, na sequência aparecem as participações da administração pública (20,7%), dos serviços (20,7%) e da agropecuária (7%). (JAURU, 2019). Com esta estrutura, o PIB per capita de Jauru é de R\$ 33,3 mil, valor inferior à média do Estado (R\$ 40,8 mil), mas superior à grande região de Cáceres (R\$ 29,1 mil) e à pequena região de Mirassol D'oeste (R\$ 24,9 mil). (CUSTODIO et al., 2022). As atividades agrícolas desenvolvidas no município, entre a lavoura permanente e a temporária, destacou-se a lavoura temporária, uma vez que no período analisado, a produção do milho, em 2004, foi de 1.170 kg. Em 2011, a mandioca teve a produção de 1.440 kg. Observa-se, no período, uma dinâmica no cultivo cultural de feijão, melancia e arroz. O município cria bovinos, equinos, galináceos, muares, ovinos e suínos, entretanto, o destaque fica por conta da pecuária bovina nos dois períodos analisados 2004 e 2011. Os dados comprovam a forte influência da pecuária no município como a principal fonte de renda.

Tabela 1

USO E COBERTURA	Anos (%)				
	1985	1995	2005	2015	2020
Florestas	45,49	23,00	14,17	12,92	13,94
Corpos d`água	-	-	0,21	0,31	0,29
Agropecuária	53,74	76,40	85,02	86,15	84,98
Formação nativa não florestal	0,60	0,37	0,42	0,38	0,44
Área não vegetada	0,13%	0,15	0,18	0,24	0,35

Tipos de usos da terra no município de Jauru nos anos 1985, 1995, 2005, 2015 e 2020.

Figura 2



Tipos de uso da terra no município de Jauru nos anos de 2020, 2015, 1995 e 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que o estudo realizado no município de Jauru uma intensa apropriação do relevo e, o uso de recursos naturais, como os solos e a água, que promove perturbações no meio físico. Com a colonização áreas foram desmatadas para construções de casas, comércios e atividades econômicas como: agricultura e pecuária, em destaque a criação de gado. Dessa forma, considera-se que a vegetação é essencial para o ambiente. Entretanto, é um dos primeiros elementos da paisagem a serem alterados, quando não, totalmente retirados. Assim, uma vez alterada acarreta impactos nos sistemas ambientais. Portanto, é necessário estudos aprofundados das ações antropogênicas que

modificam e continuam a transformar a fisiografia natural da região. Por fim a uma grande necessidade de o poder público fiscalizar as atividades que possam provocar os impactos ambientais, sobretudo quando se considera seus efeitos indiretos e diretos nos canais fluviais.

AGRADECIMENTOS

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso-FAPEMAT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, L. N. P. S.; RITELA, A.; PERETTO, A.; SOUZA, C. A.; MATOS, E. H.; SOUSA, J. B.; ARAÚJO, R. M.; SANTOS, Z. G.; SOUZA, M. A.; MEIRELES, W. S. Uso e ocupação da bacia hidrográfica do rio Jauru. In: SOUZA, C. A.; SOUSA, J. B.; ANDRADE, L. N. P. S. Bacia hidrográfica do rio Jauru: dinâmica espacial e impactos associados. São Carlos: RiMa Editora, 2012, p. 81-120.

AVELINO, P. H. M. No contexto do processo de colonização da Amazônia Mato Grossense. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 1999.

BONFIM, J. S. S. Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940-1960). 2009, 122 f. Mestrado (Dissertação em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/JULIANA-SANCHES-SILVA-BONFIM.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

CARLINO, P. P. Sub-bacia hidrográfica do córrego da Saúde: canal fluvial urbanizado, fisiografia e hidrossedimentologia em Jauru – Mato Grosso. 2023. Mestrado (Dissertação em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Cáceres. 2023.

CARVALHO, L. E. P.; BITOUN, J.; CORRÊA, A. C. B. Canais fluviais urbanos: proposta de tipologias para a região metropolitana do Recife (RMR). Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, p.66-80, 2010.

IBGE Cidades. 2020. disponível Em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/jauru/pesquisa/18/16459?tipo=grafico&indicador=16533>> acesso 20 de mar de 2023.

JAURO. Plano Municipal de Saneamento Básico de Jauru – MT. Vol. II - Diagnóstico Geral dos Serviços de Saneamento Básico. / Jauru - MT, 2013

JAURO, Prefeitura de. Economia: Jauru. In: Economia: Jauru. Site, [2019]. Disponível em: <https://www.jauru.mt.gov.br/economia>. Acesso em: 21 jul. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

MENDES, M. A. História e geografia de Mato Grosso. 4. Ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2015.

MOTA, S. Preservação e conservação de recursos hídricos. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995.

ORTEGA, D. J. P.; CARVALHO, S. D. Avaliação dos efeitos das atividades antropólicas nos recursos hídricos na sub-bacia hidrográfica do Córrego do Ipê-SP. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Porto Alegre: ABRH, V.18, n.3, Jul/Set 2013, p. 97-108.

RADAMBRASIL, Projeto. Folha SD. 21 Cuiabá. DNPM, Escala, v. 1, n. 1.000, p. 000, 1982.

SANTOS, V. I. X. Formação territorial do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais. 2017, 158 fls. Mestrado (Dissertação em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2017.

SILVA, D. B. Q.; ANDRADE, L. N. P. S. Caracterização hidrossedimentológica e as formas de uso/ocupação da terra no alto curso da sub-bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá no município de Colider –Mato Grosso. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia-MG, v. 20, n. 71 Set. 2019 p. 32-51

SOUZA, J. C. A relação do homem com o meio ambiente: o que dizem as leis e as propostas de educação para o meio ambiente. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC*, n. 13, jan./jun. 2009, p. 107-139.